



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER ÀS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 377/2015

Projetos de Lei nº 377/2015

66 Emendas de Plenário

Súmula: Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências.

EMENTA: EMENDAS APRESENTADAS EM PLENÁRIO. ART. 137, E ART. 141, I, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. PARECER NÃO APROVAÇÃO DAS EMENDAS 01 A 10. PARECER PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS 11 a 66.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade a Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências.

Ocorre que, em data de 17 de junho de 2015, houve a apresentação de 66 emendas parlamentares. Por esta razão, é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente cumpre salientar, que à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Assim a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria trazida a colação.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 139 As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação. Parágrafo único. Independem de apoio as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco deputados. (grifo nosso)

O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, respeitando a relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5ª. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Superada a introdução acerca dos elementos básicos que circundam o tema, adentramos na análise Constitucional, legal e regimental das emendas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



ANÁLISE DAS EMENDAS:

Emendas 01 a 10 – Autoria do Deputado Estadual Evandro Araújo:

Na sessão extraordinária, do dia 17 de junho de 2015, em 2ª. Discussão, o Deputado Estadual Evandro Araújo apresentou 10 emendas ao Projeto de Lei nº 377/2015, sendo 05 Emendas Modificativas, 04 Emendas Aditivas e 01 Subemenda Supressiva.

Conforme anteriormente mencionado, o Regimento Interno desta Assembleia estabelece que:

Art. 139 As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.
Parágrafo único. Independem de apoioimento as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco deputados. (grifo nosso)

Da leitura das Emendas apresentadas pelo Nobre Deputado Estadual, verifica-se que as mesmas não atendem o requisito regimental que prevê o **apoioimento de 05 Deputados**, de forma que contém apenas a sua assinatura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Nesse sentido, por não cumprir com o disposto no artigo 141, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, restam prejudicadas quanto a sua admissibilidade, sendo o nosso parecer pela **NÃO APROVAÇÃO DAS EMENDAS 1 A 10**, ante a sua **ILEGALIDADE**.

Emendas 11 a 17 – Autoria dos Deputados Estaduais Plauto Miró, Tiago Amaral, Tião Medeiros, Paulo Litro, Alexandre Curi, Guto Silva, Luiz Cláudio Romanelli e Hussein Bakri:

Na sessão extraordinária, do dia 17 de junho de 2015, em 2ª. Discussão, os Deputados Estaduais mencionados apresentaram 7 emendas ao Projeto de Lei nº 377/2015, sendo 06 Emendas Modificativas e 01 Emenda Aditiva, a fim de modificar, adicionar ou suprimir os itens dispostos no Anexo Item 4, Metas 17 e 19, bem como inserir disposições no Referido Projeto.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco deputados. (grifo nosso)

O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, respeitando a relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5ª. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Sendo assim, da leitura das Emendas nº 11 a 17, verifica-se que todas possuem relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, bem como, atendem a determinação do Artigo 141, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, dessa forma nosso parecer é pela **APROVAÇÃO DAS EMENDAS 11 A 17**, ante a sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE.**

Emenda 18 a 33 - Autoria dos Deputados Péricles de Mello, Professor Lemos, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Requião Filho e Anibelli Neto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as normas para que as Emendas sejam objeto de deliberação, nos termos dos Arts. 139 e 141, seguintes:

Art. 139 As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.
Parágrafo único. Independem de apoioimento as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco deputados.

Portanto, verifica-se que foram cumpridas tais normas.

Dá análise observa-se que, as Emendas de no. 19 á 26, e 27 referem-se aos itens 4, Meta 19 e as emendas de n. 27 e 28, 30 a 33 referem-se a Meta 20, do respectivo projeto, sendo que:

- as Emendas Modificativas alteram as estratégias 19.3, 19.4, 19.10, 19.11, 19.12 e 19.14;
- a Emenda Supressiva altera a estratégia 19.15;
- as Emendas Aditivas alteram as estratégias 19.17 e 19.18.
- as Emendas Modificativas alteram o teor da Meta 20 e a estratégia 20.2, do item 4;
- as Emendas Aditivas alteram as estratégias 20.5, 20.6, 20.7 e 20.8, do item 4.

A Emenda de no. 18 evidenciam emendas na modalidade **modificativa, aditiva e supressiva**. Sendo estas na Meta 1, estratégia 1.11,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



estratégia 1.17, Meta 2, estratégias 2.28 e 2.29, Meta 3, estratégias 3.25 e 3.26, Meta 4, estratégias 4.5, 4.11 e 4.15, Meta 6, estratégias 6.9, Meta 7, estratégias 7.2, 7.6, 7.8, 7.9, 7.12, 7.44 e 7.45, Meta 8, estratégias 8.1 e 8.2, Meta 9, estratégia 9.5, Meta 11, estratégias 11.4 e 11.13, Meta 12, estratégia 12.12, Meta 14, estratégia 14.11, Meta 15, estratégias 15.7, 15.14 e 15.15, Meta 16, estratégias 16.8, 16.12, 16.13 e 16.15.

Diante disso, cumpre ressaltar que o Regimento Interno, em seu Art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, respeitando-se a relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5ª. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Sendo assim, da leitura das Emendas nº 18 a 33, verifica-se que todas possuem relação direta ou imediata com a matéria da proposição



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



principal, bem como, atendem a determinação do Artigo 141, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, dessa forma nosso parecer é pela **APROVAÇÃO DAS EMENDAS 18 A 33**, ante a sua **CONSTITUCIONALIDADE.**

Emendas 34 a 37 - Autorias dos Deputados Péricles de Mello, Professor Lemos, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Requião Filho e Anibelli Neto.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as normas para que as Emendas sejam objeto de deliberação, nos termos dos Arts. 139 e 141, seguintes:

Art. 139 As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação. **Parágrafo único.** Independem de apoioimento as emendas das Comissões e **as que forem subscritas por cinco Deputados.** (grifo nosso)

Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco deputados. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foram cumpridas tais normas.

Dá análise observa-se que, as Emendas apresentadas se referem ao item 4, da Meta 16, sendo que:

- a Emenda Modificativa nº 34 altera o item 4, da Meta 16, estratégia 16.12,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- a Emenda Modificativa nº 35 altera o item 4, da Meta 16, estratégia 16.08
- a Emenda Modificativa nº 36 altera o item 4, da Meta 16, estratégia 16.4;
- a Emenda Modificativa nº 37 altera o item 4, o teor da Meta 16.

Diante do exposto, cumpre ressaltar que, o Regimento Interno, em seu Art. 137, § 4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, respeitando-se a relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Dessa forma, verifica-se que as Emendas Modificativas nº 34 a 37 encontram-se em consonância com os ditames constitucionais e legais, haja vista, manter a relação direta com o projeto inicial, não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo as mesmas serem aprovadas.

Assim quanto as Emendas de nºs. 34 a 37, nosso parecer é pela **APROVAÇÃO**, ante a sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Emendas 38 a 59 - Autorias dos Deputados Péricles de Mello, Professor Lemos, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Requião Filho e Anibelli Neto.

Na sessão extraordinária, do dia 17 de junho de 2015, em 2ª. Discussão, os Deputados acima mencionados propuseram emendas ao Projeto de Lei inicial proposto pelo Poder Executivo, a fim de modificar, adicionar ou suprimir artigos, itens e parágrafos, consoantes se infere em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade de Emendar o Projeto de Lei Inicial através de emendas, as quais se classificam em Supressiva, Substitutiva, Aditiva e Modificativa, consoante se infere:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Sendo assim, da leitura das Emendas nº 38 a 59, verifica-se que todas possuem relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, bem como, atendem a determinação do Artigo 141, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, dessa forma nosso parecer é pela **APROVAÇÃO DAS EMENDAS 38 a 59**, ante a sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**

Emendas 60 a 65 – Autoria dos Deputados Estaduais Requião Filho, Professor Lemos, Nereu Moura, Péricles de Mello, Tadeu Veneri e Anibelli Neto:

Na sessão extraordinária, do dia 17 de junho de 2015, em 2ª. Discussão, os Deputados Estaduais mencionados apresentaram emendas ao Projeto de Lei nº 377/2015, a fim de modificar, adicionar ou suprimir os itens dispostos no Anexo Item 4, Metas 16, 17 e 19, do Referido Projeto.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco deputados. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, respeitando a relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5ª. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Sendo assim, da leitura das Emendas nº 60 a 65, constata-se que todas possuem relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, bem como, atendem a determinação do Artigo 141, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, dessa forma nosso parecer é pela **APROVAÇÃO DAS EMENDAS 60 A 65, ante a sua CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE.**

Emenda 66 – Autoria do Deputado Estadual Luiz Cláudio Romanelli:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Na sessão extraordinária, do dia 17 de junho de 2015, em 2ª. Discussão, o Deputado Estadual ora mencionado apresentou Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 377/2015.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco deputados. (grifo nosso)

O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, respeitando a relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 5ª. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Sendo assim, da leitura da Emenda nº 66, verifica-se que a mesma possui relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, bem como, atendem a determinação do Artigo 141, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, dessa forma nosso parecer pela APROVAÇÃO DA EMENDA 66, ante a sua CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO DAS EMENDAS sob nº 11 a 66, e pela NÃO APROVAÇÃO DAS EMENDAS sob nº 01 a 10, face a sua não observância e cumprimento ao artigo 139 do Regimento Interno.

Curitiba, 22 de junho de 2015.

Deputado Nelson Justus

Presidente

Deputada Cláudia Pereira

Relatora